

Corrida contra o tempo

RACHEL LIBRELON

DA EQUIPE DO CORREIO

O futuro da Cidade Digital mudou de mãos. Depois da aprovação da proposta pelo plenário da Câmara dos Deputados, o texto começará a tramitação no Senado. E as negociações para a votação do projeto de lei que amplia a área do Parque Nacional de Brasília continuam. Ontem de manhã, o governador Joaquim Roriz conversou com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). "O presidente do Senado disse que fará o possível para dar celeridade para aprovar a proposta até o meio da próxima semana. Será urgência urgentíssima", disse o porta-voz do governo, Paulo Fona.

A velocidade será fundamental para que o Banco do Brasil, principal investidor da Cidade Digital, não desista do negócio. O banco deu um prazo até a próxima terça-feira para que a área seja liberada. Se isso não acontecer, o centro de dados previsto para Brasília será construído em outra cidade. A votação do projeto de lei no Senado é a penúltima etapa (**leia quadro**) para que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ceda o terreno e as licenças necessárias para a construção da Cidade Digital. O pólo tecnológico ocupará uma área de 123 hectares próxima à Granja do Torto, que será retirada da reserva ecológica. Depois, faltará apenas a sanção do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Caso entre em regime de urgência, a proposta não será distribuída às comissões e pode ser discutida em plenário. Nesta situação, os pareceres são lidos antes da votação. Existem seis matérias pendentes na ordem do dia do Senado. Entre elas, há uma medida provisória trancando os outros itens da pauta. O Ibama está disposto a analisar previamente o EIA-Rima, embora o processo formal só comece após a sanção presidencial. O órgão ambiental orientará adaptações dos estudos, caso sejam necessários, para que não existam problemas na concessão da licença.

Poligonal

"Temos o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) praticamente pronto. O Ibama deve referendar a licença prévia concedida pela Secretaria de Meio Ambiente", diz o secretário de Ciência e Tecnologia do DF, Izalci Lucas. Ainda não foi calculada a área que será acrescentada ao parque e o mapa da poligonal ainda não foi concluído. A estimativa dos deputados é de que passe de 30 mil para 42 mil hectares.

De acordo com o senador Paulo Octávio (PFL-DF), Calheiros receberá parlamentares do DF, representantes do governo local e do Banco do Brasil na próxima terça-feira. Eles vão tentar apressar o andamento da proposta. "Já falei com outros senadores sobre a importância desse projeto para Brasília", afirmou Paulo Octávio. O senador Cristovam Buarque (PT-DF) também se declara a favor da ampliação do Parque Nacional e da criação da Cidade Digital. Na avaliação dele, o polo tecnológico trará grandes benefícios para a cidade. "Farei e participarei de tudo o que for preciso para ajudar. Isso é uma briga por Brasília", disse Cristovam Buarque.

Leopoldo Silva/Especial para o CB



A CIDADE DIGITAL VAI OCUPAR UMA ÁREA DE 123 HECTARES NAS PROXIMIDADES DA GRANJA DO TORTO. PREVISÃO DO GOVERNO É INSTALAR 2 MIL EMPRESAS DE ALTA TECNOLOGIA NA REGIÃO

OS PRÓXIMOS PASSOS

Câmara dos Deputados

✔ Aprovado pelo plenário na quarta-feira, o projeto está em fase de revisão e redação final. O mapa com os limites exatos do parque precisa ser anexado ao projeto. Em seguida, a proposta é enviada para os senadores.

Senado Federal

✔ Se for concedido urgência, o projeto entra na pauta de votação com prioridade. Os prazos regimentais são dispensados. Os pareceres das comissões são apresentados em plenário. Caso siga tramitação normal, a proposta precisa

ser distribuída às comissões competentes para análise do assunto. Depois de receber pareceres, entra em último lugar na pauta de votação. Se surgirem emendas, volta para a Câmara dos Deputados para nova redação. Caso seja votado do jeito que está, segue para sanção do presidente.

Presidência da República

✔ O presidente tem 15 dias úteis para decidir sobre o projeto. Se sancionar, a proposta é encaminhada para publicação no *Diário Oficial da União*. Caso seja vetada, volta para o Congresso.

AS LICENÇAS AMBIENTAIS

Prévia

✔ É concedida depois de técnicos avaliarem o EIA/Rima da região. Não permite o início de nenhuma obra. Apenas sinaliza que a área pode ser usada para o fim desejado. O EIA/Rima da Cidade Digital está pronto e existe uma licença da Semarh, que não vale porque a terra pertence à União. É o Ibama que deve

fazer todo o licenciamento da área.

Instalação

✔ Permite o início das construções e obras de infraestrutura, como a construção de redes de iluminação pública e asfalto.

Operação

✔ Autoriza o funcionamento do empreendimento.